

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Tem sido noticiada a situação do grupo Global Media, que detém o Jornal de Notícias, o Diário de Notícias, a TSF, O Jogo, entre outros órgãos de comunicação social. A instabilidade na administração do grupo, os atrasos salariais e a iminência de despedimentos é uma constante, tendo sido noticiada no início de 2019 a preparação de um total de 200 rescisões, correspondendo a um corte de quase 30% nos efetivos do grupo. Em julho passado, foi confirmado o despedimento de 25 funcionários. Recorde-se que, em 2014, uma reestruturação do grupo levou ao despedimento de 160 trabalhadores, 64 dos quais jornalistas. Ao mesmo tempo, vão sendo conhecidas rescisões a conta-gotas de entre o quadro de jornalistas do grupo. A situação motivou expressões de preocupação de diversas entidades, entre elas o Sindicato dos Jornalistas e o Presidente da República.

Já em novembro, de acordo com o comunicado divulgado no dia 16 pelo Sindicato dos Jornalistas, o plenário dos trabalhadores da TSF deixou em ponderação o recurso à greve se, no prazo de dez dias, não forem prestados esclarecimentos da parte da administração do grupo Global Media, que os tem recusado reiteradamente.

Segundo o comunicado, “desde o anúncio da nova reestruturação [do grupo Global Media], a instabilidade na TSF tem sido grande, agravada por atrasos no pagamento de salários a trabalhadores efetivos e colaboradores”. Os trabalhadores daquela rádio querem “um esclarecimento claro e cabal de quem tem poder de decisão dentro da empresa sobre a reestruturação anunciada, incluindo rescisões por mútuo acordo e um eventual despedimento coletivo, número de trabalhadores a dispensar, critérios para esses despedimentos e datas para que esta reestruturação avance”.

A preocupação com as ameaças ao emprego e aos direitos dos trabalhadores do grupo Global Media vem a par da consideração dos graves impactos que a crise deste grupo já tem (e pode vir a ter) na comunicação social portuguesa. É sabido que, nas empresas de comunicação social, o caso do grupo Global Media não é único nem raro, antes se verificando situações de instabilidade, alto endividamento e redução de efetivos noutras empresas de referência do setor.

No caso do Global Media, esta crise tem sido reconhecida pela administração, mas as suas iniciativas conhecidas não são tranquilizadoras quanto à estratégia dos proprietários do grupo. Os principais acionistas são a KNJ Global Holdings Limited (30%) - do empresário macaense Kevin Ho - e José Pedro Carvalho Reis Soeiro (19,25%) - parceiro de negócios de ex-responsáveis políticos angolanos. O Presidente do Conselho de Administração é o advogado Daniel Proença de Carvalho.

Com efeito, à entrada da KNJ como principal acionista do grupo, o objetivo anunciado era o de investir na internacionalização e consolidação do grupo de media. Mas rapidamente se iniciou um conjunto de iniciativas em torno dos ativos imobiliários do grupo - da venda do histórico edifício do DN na Avenida Liberdade (que passará a albergar 34 apartamentos de luxo) até à sede do JN, no Porto, destinada a uma hotel de 213 quartos da multinacional Marriott. Neste caso, o edifício foi adquirido por 9,5 milhões de euros por uma companhia detida pelos próprios gestores do grupo KNJ, maior acionista do grupo vendedor.

Analisando o Relatório e Contas Consolidadas de 2018 do Global Media, constata-se que, desde 2017, multiplicam-se operações de garantia de créditos e constituição de penhor sobre as marcas *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *O Jogo* e *Global Notícias*, bem como ações e quotas da *Rádio Notícias*, *Açormédia*, *Naveprinter*, *Empresa Gráfica Funchalense*, *VASP*, *Agência Lusa*, *Notícias Direct*, *Jornal do Fundão Editora* e *Empresa do Diário de Notícias*.

Em paralelo, ainda segundo o Relatório de 2018, os acionistas criaram duas empresas - *Tagus Media Europe* e *Tagus Media Américas* -, com sede respetivamente nos *offshores* de Malta e Curaçao. Não é possível no Relatório conhecer a razão para a criação destas empresas offshore, nem é possível identificar o destino da liquidez criada pelas operações acima referidas.

No momento em que, por iniciativa do Presidente da República e de numerosos agentes do setor, se desenvolve um importante debate público acerca do futuro da comunicação social e do jornalismo, incluindo as formas de intervenção pública de promoção da pluralidade e do rigor nos media, designadamente sob a forma de apoios económicos de vários tipos, e estando em causa um conjunto de órgãos de comunicação centrais na comunicação social em Portugal, o Bloco de Esquerda questiona o governo sobre a situação do grupo Global Media

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Cultura, as seguintes perguntas:

- 1- Está o governo informado acerca do plano da administração do Global Media Group para a estabilização da situação financeira e laboral nas empresas do grupo?
- 2- Que intervenção teve ou pretende ter o governo para assegurar a boa gestão, a defesa dos postos de trabalho e a sustentabilidade de órgãos de comunicação social com a importância, histórica e atual, dos detidos pelo grupo Global Media?

Palácio de São Bento, 18 de novembro de 2019

Deputado(a)s

JORGE COSTA(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.